



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Urbanismo Social na Prática: O Caso do Canteiro Central do Paar em Ananindeua – Pa.

**Danielle Saori Enomoto Hantani**  
Prefeitura Municipal de Ananindeua

**Carlos Eduardo Moraes de Araújo**  
Universidade da Amazônia

**Andreza Monteiro Moraes**  
Universidade da Amazônia

**José Vitor Farias Cardoso**  
Prefeitura Municipal de Ananindeua

**Arleisson Fernan Pedreira Furo**  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

### Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional.

*O presente estudo tem como objeto de pesquisa o Canteiro Central do Paar, localizado no município de Ananindeua, no estado do Pará. O objetivo principal é o de definir em qual estágio do chamado urbanismo social o local se encontra depois de ter sido realizada a sua reforma - partindo do pressuposto de que o canteiro é um caso de urbanismo social -. O delineamento de pesquisa se deu por meio do estudo de caso, e os procedimentos utilizados para a obtenção dos dados foram análises documentais, entrevistas semi-estruturadas, observações do pesquisador em campo e pesquisas bibliográficas. Por meio da pesquisa, foi possível chegar à conclusão de que houve a participação popular no processo projetual por meio da organização política da mesma, participação in loco durante a execução da obra, e organização dos comerciantes locais em um sistema de autogestão. Além de apresentar movimento durante grande parte do dia, sendo possível identificar assim urbanidade e relações sociais geradas por meio da ocupação do espaço.*

*Palavras-chave: Urbanismo Social; Bairro do Paar; Periferias.*

### Social Urbanism in Practice: The Case of Paar Central Site in Ananindeua – Pa.

**Abstract.** *The present study has as research object the Paar Central Site, located in Ananindeua City, and in Pará state. The main objective is to define which stage of so-called social urbanism the site is in after its renovation has been carried out - assuming that the construction site is a case of social urbanism -. The research design was based on a case study, and the procedures used to obtain the data were document analyses, semi-structured interviews, observations by the researchers in the field and bibliographic research. Through the research, it was possible to conclude that there was popular participation in the design process through its political organizations, participation in loco into the construction site, and organization of local workers in a self-management system. In addition to presenting movement during most part of the day, it is possible to identify urbanity and social relations generated through the main occupation of space.*

*Keywords: Social Urbanism; Paar District; Peripheries.*

## **Urbanismo Social en la Práctica: el Caso del Sitio Central de Paar en Ananindeua – Pa.**

**Resumen.** *El presente estudio tiene como objeto de investigación el Sitio Central de Paar, ubicado en la ciudad de Ananindeua, en el estado de Pará. El objetivo principal es definir en qué etapa del llamado urbanismo social se encuentra el sitio después de que se haya llevado a cabo su renovación - asumiendo que el sitio de construcción es un caso de urbanismo social -. El diseño de la investigación se basó en un estudio de caso, y los procedimientos utilizados para la obtención de los datos fueron análisis de documentos, entrevistas semiestructuradas, observaciones de los investigadores en campo e investigación bibliográfica. A través de la investigación se puede concluir que hubo participación popular en el proceso de diseño a través de sus organizaciones políticas, participación in loco en la obra y organización de los trabajadores locales en un sistema de autogestión. Además de presentar movimiento durante la mayor parte del día, es posible identificar la urbanidad y las relaciones sociales generadas a través de la ocupación principal del espacio.*

*Palabras clave: Urbanismo Social, Barrio de Paar, Periferias.*

### **1. Introdução**

A terra, em seu processo de produção<sup>1</sup>, gera um valor de uso que se manifesta em uma localização, a qual se traduz em preço no mercado – a localização é mais valorizada quanto maior for a condição de aglomeração em uma área do exercício da força de trabalho (locais de emprego) e da reprodução da força de trabalho (serviços, comércio, lazer, etc.) (GOTTDIENER, 1970; LEFEBVRE apud VILLAÇA, 2001). A capacidade de acesso a esses centros aglomerantes repercute em uma distância e em um tempo gasto em deslocamento, exprimindo um custo para os habitantes. Logo, a acessibilidade é proporcional à capacidade de pagamento das pessoas, seja pela aquisição de uma localização ou pela escolha do meio de transporte que se enquadre nas despesas familiares.

O agente mediador desse conflito, o Estado, também se vê dentro de impasses que minimizam a efetivação de uma ação em prol de uma equidade de acessos e renda. Visto que, ao mesmo tempo que planejamento urbano torna-se um meio para legitimar intervenções na cidade, principalmente no âmbito da mobilidade urbana e habitação, seus planos muitas vezes são peças políticas de interesses vinculados ao espaço - uma fachada ideológica que não legitima ações concretas do Estado, compostos de determinadas representações ou ideias de cidade (VILLAÇA, 2004).

A urbanização estabelecida pelo sistema capitalista é tida como um fenômeno que tem dimensão de classe social, tendo em vista que gira em torno do processo de acumulação capitalista, da propriedade privada e da renda da terra. Diante dessa lógica capitalista de produção do espaço urbano<sup>2</sup> que é altamente conectada com o processo de ampliação do capitalismo e suas bases (HARVEY, 2014), poucos são aqueles que têm a oportunidade e condições de se inserir no mercado residencial legal. Maricato (2008) afirma que no Brasil esse mercado atende a apenas 30% da população, enquanto uma parcela considerável da população brasileira busca o acesso à moradia por meio dos seus próprios e precários recursos. Há aqueles, como Lúcio Kowarick, que relacionam as dimensões de regularidade jurídica da posse, uso e propriedade da terra com as modalidades irregulares, direta e indiretamente, seja como forma

de regulação de preços no mercado do solo urbano ou como fator componente da chamada urbanização com baixos salários, por exemplo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que “jogar” nos ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho. Maricato (2000) argumenta que não é por falta de planos ou de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de maneira “predatória”. Em seu texto amplamente conhecido “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, a autora afirma que:

Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil - rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois, constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder, além de favorecer pequenos interesses corporativos. A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. Ao lado da detalhada legislação urbanística (flexibilizada pela pequena corrupção, na cidade legal) é promovido um total *laissez-faire* na cidade ilegal (Maricato, 1996). A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária brasileira arcaica” (MARICATO, 2000, p.: 147).

A autora afirma também que a “invasão”<sup>3</sup> de terras urbanas no Brasil é parte inerente do processo de urbanização. Ela é gigantesca e não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda e nem de movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais.

Portanto, esta “ilegalidade” não é fruto de “lideranças subversivas” como costuma ser amplamente veiculado, e sim é resultado de um processo de urbanização que é tanto segregador, quanto excludente. Maricato (2000) alega que apesar do processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente, no século XX, ele conserva muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano. As resistências que, durante décadas, buscaram contrariar a abolição do trabalho escravo marcaram o surgimento do trabalho livre. A cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho. Desde sempre, essa reprodução não se deu totalmente pelas vias formais e sim pelos expedientes de subsistência, que persistem até a atualidade, e dão origem às periferias brasileiras.

Dentro dessa lógica de subsistência, ainda há a questão da empregabilidade e acesso ao mercado de trabalho formal no sistema capitalista.

Analistas, como Pochmann (2001), destacam que o Brasil passava, nos anos 1990, pela mais grave crise do emprego de toda sua história, superando até mesmo a transição do trabalho escravo para o assalariado e a depressão econômica de 1929. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho revelava a natureza e a dimensão da crise. Os principais componentes dessa desestruturação

eram a presença do desemprego em praticamente todos os segmentos e em larga escala; a regressão dos postos formais de trabalho e a destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, não tendo a mesma contrapartida em relação aos empregos criados. Em concomitância ao crescente desemprego e precarização do trabalho, novas formas de inserção no mercado, visando a geração de trabalho e a busca pela renda, passaram a ser criadas (CARVALHO, 2012).

O caso do bairro do Paar, objeto de estudo da presente pesquisa, não foi diferente. Bairro periférico cuja origem se deu por meio de ocupações irregulares por aqueles que não possuíam meios de obter terras por meio do mercado formal, hoje é um local consolidado, porém ainda carrega consigo o estigma de ser um local perigoso e violento.

Uma alternativa encontrada para combater esse estigma e garantir acesso da população a espaços públicos de qualidade é o urbanismo social, importante ferramenta de transformação territorial e social, que visa envolver o cidadão no processo de mudança urbana como um todo, de modo a garantir a valorização do mesmo, a sensação de pertencimento, e o direito à cidade se não formal, ao menos digna.

Com o objetivo de garantir mais dignidade, acesso a espaços públicos de qualidade e de combater esse estigma de periferia perigosa e violenta, a Prefeitura Municipal de Ananindeua (PMA) realizou a reforma do Canteiro Central do Paar, importante equipamento público para a população, mas que encontrava-se em condições periclitantes.

O principal objetivo do presente estudo é o de responder ao seguinte questionamento: em qual estágio do urbanismo social o caso do Canteiro do Paar se encontra, após realizada a reforma do mesmo? Para isto, o delineamento da pesquisa deu-se por meio de um estudo de caso, que é reconhecido como delineamento adequado para a investigação de fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidas (YIN apud GIL, 2019, p.63). O objeto principal deste estudo de caso é o Canteiro do Paar.

Os procedimentos utilizados para a obtenção dos dados expostos na pesquisa foram análises documentais por meio de documentos cedidos pela Prefeitura Municipal de Ananindeua e entrevistas semi-estruturadas realizadas com servidores da mesma. Foram realizadas também observações do pesquisador em campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores e comerciantes do bairro do Paar, de modo a responder o questionamento acima exposto. Além disso, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica em temas como Urbanismo Social, periferias e assentamentos precários, e acerca do próprio bairro do Paar.

## **2. O Urbanismo social**

O urbanismo social parte da premissa de que populações e áreas vulneráveis precisam ser integradas física e socialmente ao território da cidade como um todo, por meio de melhores ações sociais e de infraestrutura, unificando visões e conceitos do planejamento e projetos urbanos aos de políticas públicas (SALLA, 2021). Dessa forma, deve-se pensar o espaço com e para seus usuários visando a elaboração de uma intervenção prática e eficaz que atenda a real demanda de uma determinada área, de modo que é imprescindível a participação popular e consideração de vários fatores, sendo eles: físicos, geográficos, sociais e econômicos para a realização de uma intervenção efetiva,

buscando não só atender as reais necessidades de um território, mas também, explorar seu potencial socioeconômico.

O urbanismo social deve ser concebido na perspectiva da mobilização produtiva do território (detecção de potenciais) e os projetos de impacto urbano devem ser elaborados sob a ótica da ecoeficiência no campo dos recursos tanto materiais quanto humanos (JÁUREGUI, 2010). Deve também articular a construção de cidades (não só de habitação, mas também da habitação com seus complementos de equipamentos e serviços sociais: educação, trabalho, transporte, saúde, cultura) com condições de urbanidade e os espaços públicos.

O conceito de urbanidade, segundo Holanda (2010), parte do pressuposto de que é “um atributo social que implica visibilidade do outro, negociação de papéis e frágl fronteiras entre eles, mobilidade social, estruturas societárias mais simétricas etc.” Holanda (2020)<sup>4</sup> afirma por exemplo que a pandemia da Covid-19 e o período de isolamento social retira do ser humano uma necessidade básica que é a de “ver gente”. Chakur (2018) afirma ainda que a urbanidade é uma característica que se aplica a dois tipos de elementos, “indivíduos” e “espaços”, e designa um tipo particular de relação que qualifica e instaura, de modo recíproco e indissociável, os espaços e os indivíduos que dela participam: os espaços urbanos e os cidadãos que neles habitam. Um espaço que apresenta urbanidade é um lugar ocupado, no qual se dão diversas relações entre indivíduos, enquanto um espaço que não apresenta essa qualidade, seria visto como inóspito, introvertido e vazio.

Jaurégui (2010) pontua então que são necessários enquanto prática de urbanismo social:

- Articulação entre cidade, urbanidade e espaço público;
- Participação popular;
- Mobilização produtiva do território e
- Capacidade intelectual e política de gerar e mobilizar os dispositivos necessários, de modo a produzir impactos transformadores enquanto o território os apropria.

Um dos exemplos mais conhecidos de urbanismo social que temos hoje é o do caso da cidade de Medellín, na qual

Após décadas de isolamento e precariedade, caracterizados por altos níveis de insegurança, violência e segregação social, tem vivido um processo de renascimento urbano nas últimas décadas, que se iniciou sob a liderança do prefeito Sergio Fajardo e é conhecido hoje sob a alcunha de Urbanismo Social. Entre os pilares desse processo estão os Projetos Urbanos Integrais (PUI), que são estratégias de intervenção física nos setores informais da cidade, que buscam sanar a enorme dívida que a cidade formal acumulou ao longo de anos de esquecimento (ECHEVERRI, ORSINI, 2011. Tradução nossa).

É importante levar em consideração que a prática do urbanismo social não deve ser uma intervenção isolada. É imprescindível compreender a carência da área como um todo e as deficiências e necessidades da população, de modo a buscar a apropriação cultural e política do território pelos moradores do entorno, de modo a garantir principalmente urbanidade para o espaço em diferentes escalas, a fim de requalificar áreas informais da cidade.

### **3. Bairro do Paar no município de Ananindeua - Pa: informalidade e estigma**

A Região Metropolitana de Belém (RMB) é composta por sete municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal, representando um aglomerado urbano metropolitano, com cerca de 2,5 milhões de habitantes e 90,5% de seus domicílios com renda média situada até a faixa de três salários mínimos, para o ano de 2010, segundo dados do IBGE (2010). Há evidente concentração populacional na ocupação territorial do município de Belém (com 61% da população da RMB), seguida pelo município de Ananindeua (21% da população metropolitana).

Economicamente, a RMB também apresenta dados equivalentes, com 73% do PIB situado no município de Belém, e 15% em Ananindeua. Além da capital, Belém, cujo perfil econômico é fortemente terciário, os melhores valores de PIB per capita da RMB encontram-se em municípios cuja economia apresenta alguma presença de um parque industrial, como Benevides e Castanhal (PONTE et. al., 2013).

Por conta das características físicas da RMB (predominantemente plano, terras de baixas altitudes e declividade suave com hidrografia de grande porte) e do histórico de falta de políticas de regulação ao uso e ocupação da terra, provisão habitacional e reforma urbana, com altos índices de pobreza, a RMB apresenta um número expressivo de domicílios situados em aglomerados subnormais. O grande volume de aglomerados subnormais atestado pelos dados oficiais não apenas em Belém, mas nos municípios da Região Metropolitana consubstanciam o argumento de que a prática sistemática de apropriação irregular de terras é um expediente relevante para que se entenda a expansão urbana da região. A estrutura urbanística e a forma do parcelamento da RMB apresentam características particulares: um sistema viário de dimensões limitadas, herdado das obras de urbanização do início do século XX, associado a obras viárias da segunda metade do século, responsáveis pela integração metropolitana direta entre a área de expansão de Belém e seu centro e entre Belém, Ananindeua e Marituba. Deste modo, uma malha urbanística altamente integrada compõe os bairros seculares do município de Belém, integrados através de outra malha, baseada em vias arteriais e parcelamentos urbanísticos diferentes, como diversas ocupações irregulares e áreas de baixada, além de conjuntos habitacionais com variados níveis de isolamento espacial (PONTE et. al., 2013).

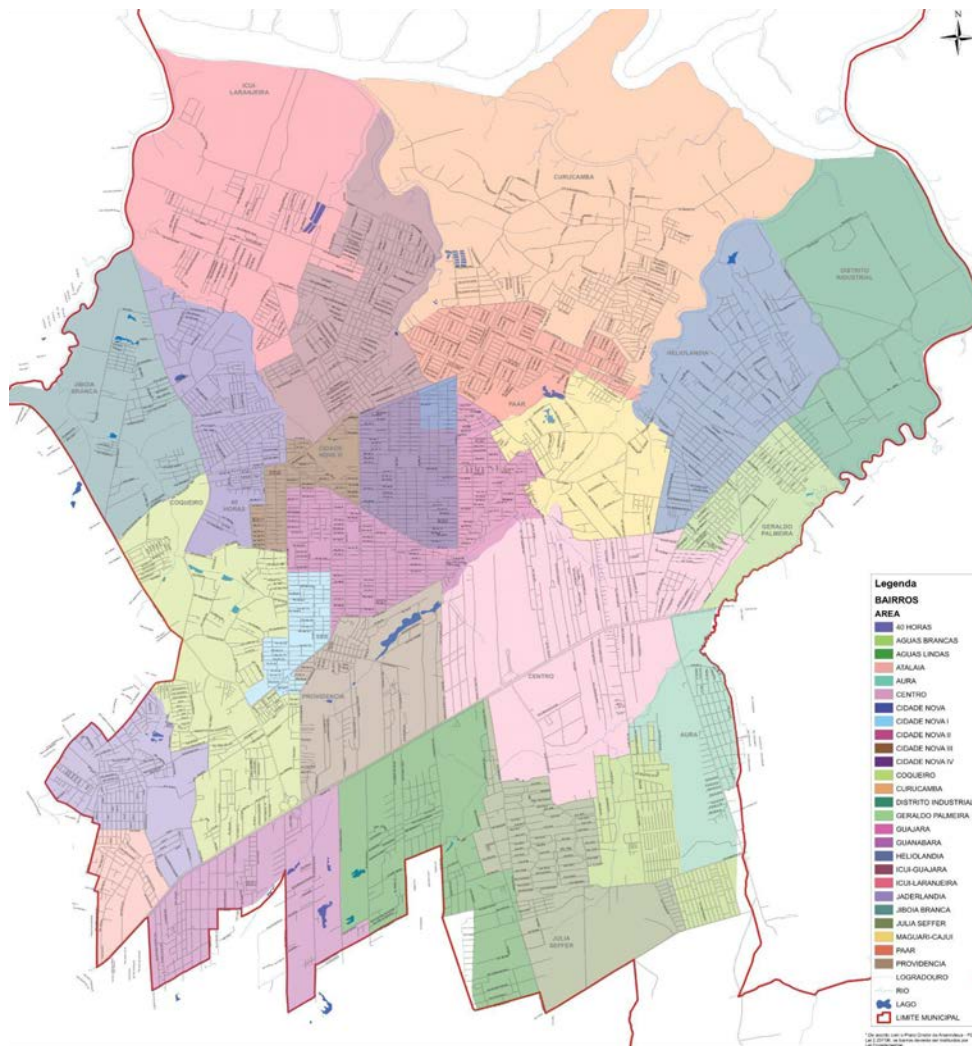
O município de Ananindeua teve seu crescimento através do lado Norte do município, com a demanda extrativista, da caça e da pesca. Até a década de 1940, Ananindeua era considerada apenas um distrito de Belém, com o Decreto-lei Estadual nº 4.505, o mediador Federal Magalhães Barata promulgou a criação do Município de Ananindeua, sendo reconhecida como Cidade apenas no dia 31 de Dezembro de 1947. Segundo o Censo de 1950, de 13.303 habitantes, aproximadamente 1.000 pessoas ocupavam as cerca de 120 casas existentes na sede municipal, enquanto o restante encontrava-se em condições rurais. (RODRIGUES e RODRIGUES, 2021, p. 110).

Com o surgimento do automóvel e o avanço da barreira física das metrópoles e da área urbana, o padrão de crescimento urbano das cidades alterou de forma significativa. Esse novo padrão de ocupação se deu de maneira horizontal e extensiva - cidades espraiadas, dentro de um contexto de exclusão da população de mais baixa renda, processo conhecido como espoliação urbana<sup>5</sup>. Nas

décadas seguintes, a produção imobiliária ganhou centralidade econômica, gerando crescente valorização nesse setor. Esse processo, somado à condição de renda, impede o acesso à moradia pelas classes menos favorecidas e evidencia as contradições inerentes à propriedade privada como solução habitacional dando origem às periferias, que costumam apresentar menor oferta de infraestrutura e de serviços urbanos essenciais (KOWARICK, 1979 apud FERRARA et al., 2019).

Este foi o caso do município de Ananindeua, pois durante os anos 2000 até os dias atuais, constitui-se uma nova formação espacial, marcada por várias mudanças socioespaciais relacionadas ao avanço de agentes econômicos que passaram a ocupar áreas próximas às vias principais como BR-316 e Augusto Montenegro, dando início ao processo de espoliação urbana (KOWARICK, 2000) ao longo dessas duas vias. Dessa forma, a ocupação passou a se dar nas áreas mais afastadas que compõem o aglomerado metropolitano. Essa forma de ocupação espreada pode ser vinculada ao processo de consumo desigual na Cidade de Ananindeua, visto que, a paisagem urbana começa a mudar e a distribuição socioespacial torna evidente a locação de comércio e serviços, o que coincide com a precariedade das condições de qualidade de vida em bairros periféricos da cidade (RODRIGUES e RODRIGUES, 2021, p. 110).

Figura 01: Mapa do Município de Ananindeua, com divisão de bairros.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua (2022).

Hoje, o município de Ananindeua é composto por vinte e seis bairros na sua área urbana e nove ilhas na área considerada rural, como pode ser observado no mapa acima. De acordo com o IBGE (2018), a área do município é de aproximadamente 191 km<sup>2</sup>, cuja população estimada para o ano de 2018 foi de 525.566 habitantes. Neste artigo, o bairro que apresenta o estudo de caso em questão, é o bairro do Paar.

De acordo com a história oficial, o bairro surgiu em um processo de ocupação do complexo que tinha como objetivo criar quatro conjuntos habitacionais, integrando-se na já existente Cidade Nova. No entanto, entre as décadas de 70 e 80, a área destinada aos conjuntos passou pelo processo de ocupação informal que foi se expandindo geograficamente e a partir de então, se tornou a maior área de ocupação da América Latina (FERRAZ, 2021).

No dia 15 de setembro de 1991 a justiça decidiu manter e determinou que o Estado oferecesse serviços para estruturar e sintetizar os conjuntos, de modo a promover a regularização da área, que na época era habitada por mais de seis mil famílias. O nome do bairro foi definido a partir das iniciais dos Estados "Conjunto Habitacional Pará-Amazonas-Acre-Rondônia" – PAAR (LIMA, 2021).

Por conseguinte, o conjunto habitacional, no que diz respeito ao processo de início da sua ocupação e sua regularização, possui um contexto de grande influência política, principalmente por Jader Barbalho. O caráter fundiário é uma das principais características dos mandatos do político em questão, o que garantiu uma alta popularidade e respeito a este, fazendo com que ganhasse reconhecimento da população em decorrência dos direitos de moradia que foram conquistados por ela (LIMA, 2021).

Por ser uma área de ocupação informal que inicialmente era localizada em uma área distante do núcleo urbano, o bairro carrega consigo até os dias atuais o estigma de um local perigoso e violento. Odalia (1991) afirma que:

a violência é aceita de uma forma simples como se estivesse deitado na ordem natural das coisas, onde cabe ao homem sofrê-la por ser mais um dos elementos da natureza. A ação da rotina e dos costumes da desigualdade, entre os homens, permitem que alguns gozem à saciedade, o que à grande outra maioria será negado. Violência são os hábitos, costumes, as leis, que a mascaram, que nos levam a suportá-la como uma condição de relações humanas partindo de uma condição a ser paga pelo homem, pelo fato de viver em sociedade (ODALIA, 1991).

Para se analisar a violência e criminalidade em decorrência da segregação socioespacial do bairro do PAAR, é fundamental um estudo do território urbano e de suas relações sociais, que geram um conflito entre sociedade e espaço, onde o espaço se dá como um produto e como condição as relações sociais, produzindo um espaço urbano de ação com agentes sociais concretos e históricos.

Uma característica de análise importante, é da existência de áreas de prioridade espacial, que são fruto de agentes imobiliários, tendo relação direta com o sistema financeiro, e por outro lado se encontram áreas pobres com cenário marcado pela criminalidade e pela violência. Pensar sobre o espaço

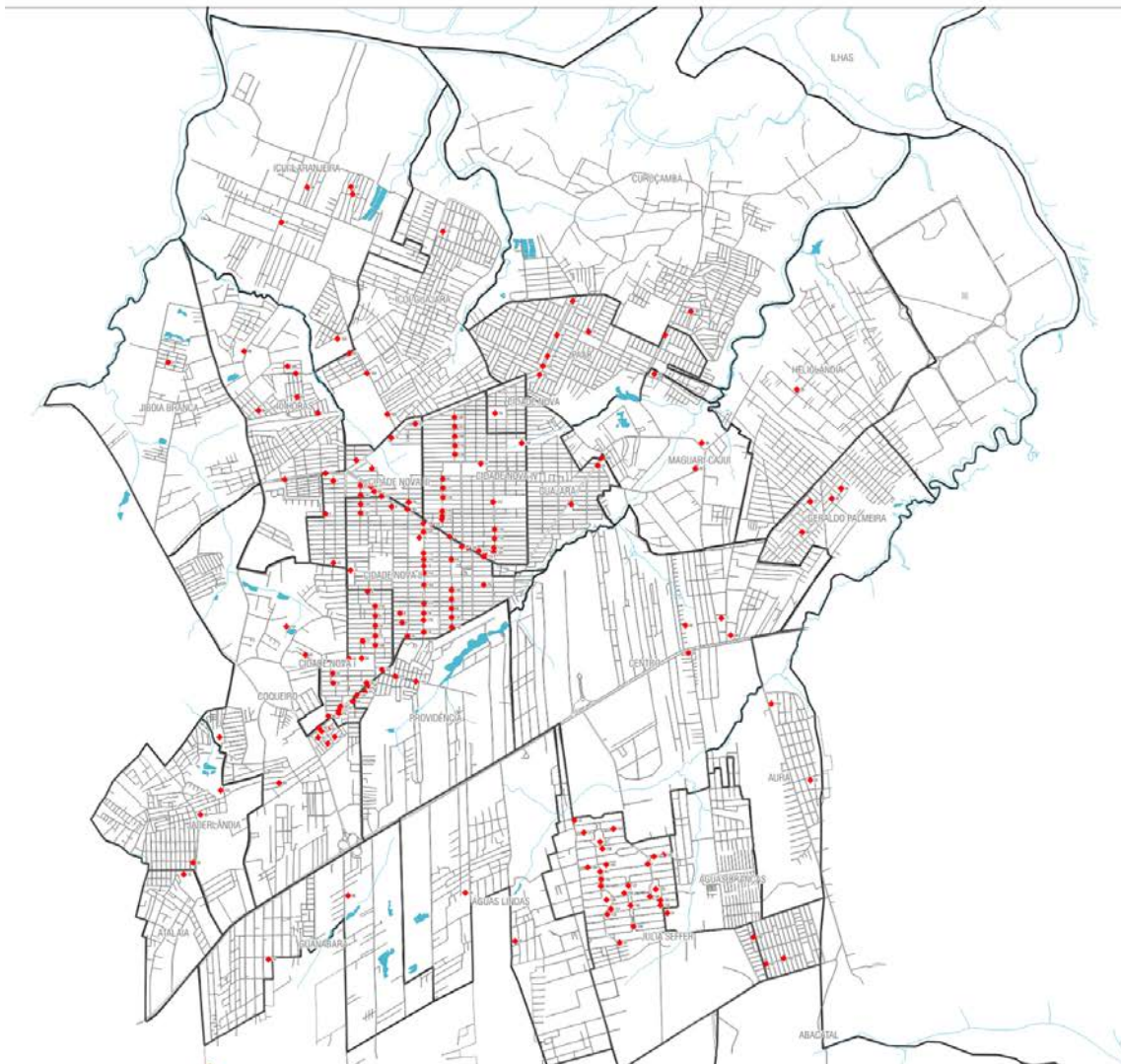


urbano, liga o Estado com papel primordial no que se diz sobre as políticas públicas.

Ainda tentando entender a relação de território e sociedade, os territórios de agentes de caráter criminoso, são formados pela violência e criminalidade, temos como exemplo, o tráfico de drogas que enxerga como oportunidade, a falta de eficiência imposta pelo Estado em questões de infraestrutura urbana, criando um cenário de insegurança e carente de oportunidades. Conforme Ferreira e Penna (2005), espaços de exclusão da lei e da ordem social, abrigo da população segregada, reduto da violência em seus diferentes aspectos, são apropriados pelas organizações criminosas e/ou ilegais que os fazem seus espaços de poder.

Bairros considerados periféricos como o bairro do PAAR, indicam maior fragilidade social devido a situações como a falta de emprego, os próprios serviços de infraestrutura urbana marcados pela ausência de manutenção na saúde, obstáculos na segurança pública, a falta de espaços relacionados a lazer, cultura e incentivo esportivo, e em alguns casos mais específicos a falta de serviços básicos de saneamento.

Figura 02: Mapa de localização de áreas verdes, praças e canteiros no município de Ananindeua.



Fonte: Prefeitura de Ananindeua, 2020.

O mapa acima representa o número de áreas verdes, praças e canteiros existentes no município de Ananindeua. É possível observar uma concentração maior desses espaços nas Cidades Novas e no bairro do Julia Seffer. No caso do bairro do Paar, existem apenas duas áreas de lazer, que consistem no Canteiro Central que atravessa aproximadamente todo o bairro, e uma praça. O Canteiro Central do Paar é considerado há anos um espaço econômico importante para o bairro, no qual é possível observar diversos tipos de atividades e comércio de ambulantes e feirantes, fato este a ser aprofundado mais adiante.

#### **4. O projeto de reforma do Canteiro Central do Paar e a organização política**

O Projeto possui como objeto os “Serviços de Construção da Feira, da Área de Esporte, Lazer e Alimentação dos Canteiros do Paar”. Foi desenvolvido por técnicos do departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura (SESAN) e executado pela empresa Santa Rita Engenharia LTDA, que se sagrou vencedora do processo de licitação Nº 3/2021-015 (ANANINDEUA, 2021).

O valor total do contrato foi de R\$4.952.049,51 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Os recursos para atender as despesas decorrentes foram garantidos por meio de empréstimo da Caixa Econômica Federal, através do FINISA, que corresponde ao Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (ANANINDEUA, 2021). O FINISA consiste em uma linha de financiamento que possibilita que o ente público pleiteie recursos para apoiar financeiramente ações orçamentárias em curso, como investimentos em infraestrutura, mobilidade, equipamentos, iluminação, construção de escolas, creches, hospitais, entre outros (LEMOS, 2022).

De acordo com técnicos da prefeitura de Ananindeua, a solicitação de um projeto de reforma partiu do Conselho Comunitário do Bairro do Paar e do Movimento Ambulante Sim, movimento este formado por vendedores ambulantes que no período da solicitação, exerciam atividades comerciais no referido canteiro. Essa forma de organização política dos comerciantes e da população foi imprescindível para que houvesse a solicitação da reforma. É possível observar através das fotos obtidas, que grande parte da atividade comercial se dava sem as mínimas condições de infraestrutura e higiene, pois os ambulantes estendiam suas mercadorias no chão, ocupando calçadas, vias e a rotatória que existia na época, colocando-se em risco e submetendo os pedestres ao risco também, pois os mesmos precisavam circular pela via em meio aos carros. Frequentemente estes ambulantes encontravam-se sujeitos à intempéries como chuva forte, sol, e a alta produção de lixo sem destinação (informação verbal)<sup>6</sup>. Essa área de feira era conhecida de maneira pejorativa como “robauto”, pois vendia-se produtos “piratas” e supostamente provenientes de receptação criminosa (Diário Online, 2015).

Haviam também no canteiro, três quadras poliesportivas, nas quais eram realizados eventos, aulas de dança voltadas para moradores do entorno organizadas por pessoas do próprio bairro, e prática de esportes. Porém, essas quadras estavam localizadas uma em cada canteiro, não havia uma setorização de usos.

Figura 03: Feirantes localizados próximos à antiga rotatória do Canteiro do Paar.



Fonte: Google Street View (2022).

Figura 04: Antiga rotatória do Canteiro do Paar.



Prefeitura Municipal de Ananindeua, 2021.

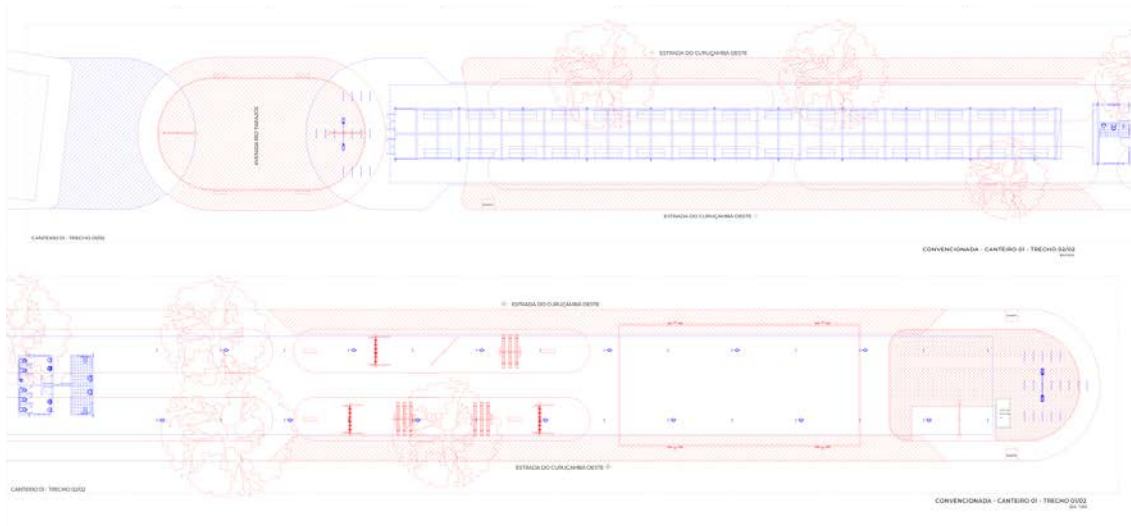
Figura 05: Calçadas ocupadas por feirantes.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua, 2021.

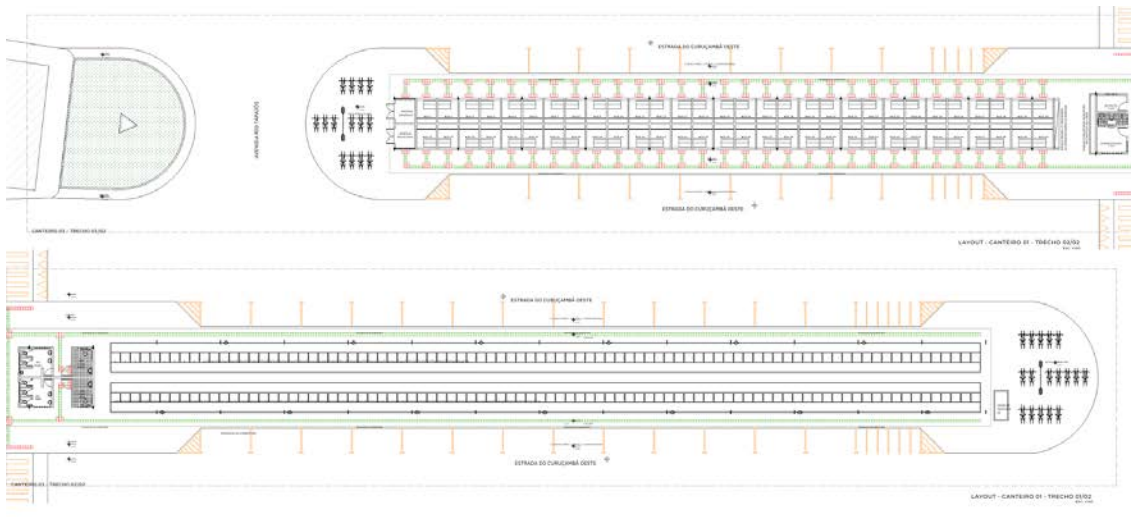
O projeto a ser executado encontrava-se dividido em três etapas. A primeira etapa era a feira, com a expansão da extensão do canteiro e recuo da rotatória, execução de feira de hortifruti com infraestrutura de 60 boxes, bicicletário, depósito de lixo, estacionamento, piso tátil, banheiros feminino, masculino e PCD, administração, pias comunitárias, lixeiras e uma área coberta destinada aos ambulantes da antiga "Robauto". O objetivo principal dessa área coberta era de abrigar esses ambulantes com melhor infraestrutura, mas ainda mantendo a ideia de feira aberta, na qual o ambulante leva sua mesa e mercadorias, e ao final do dia vem a recolher. O espaço tem capacidade para 176 ambulantes. Para a execução das coberturas, fez-se necessário a supressão de sete árvores. As figuras abaixo são as plantas convencionadas e o layout dessa área, fornecidas pela Prefeitura de Ananindeua (2022).

Figura 06: Planta convencionada da feira fechada e feira aberta.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua (2021).

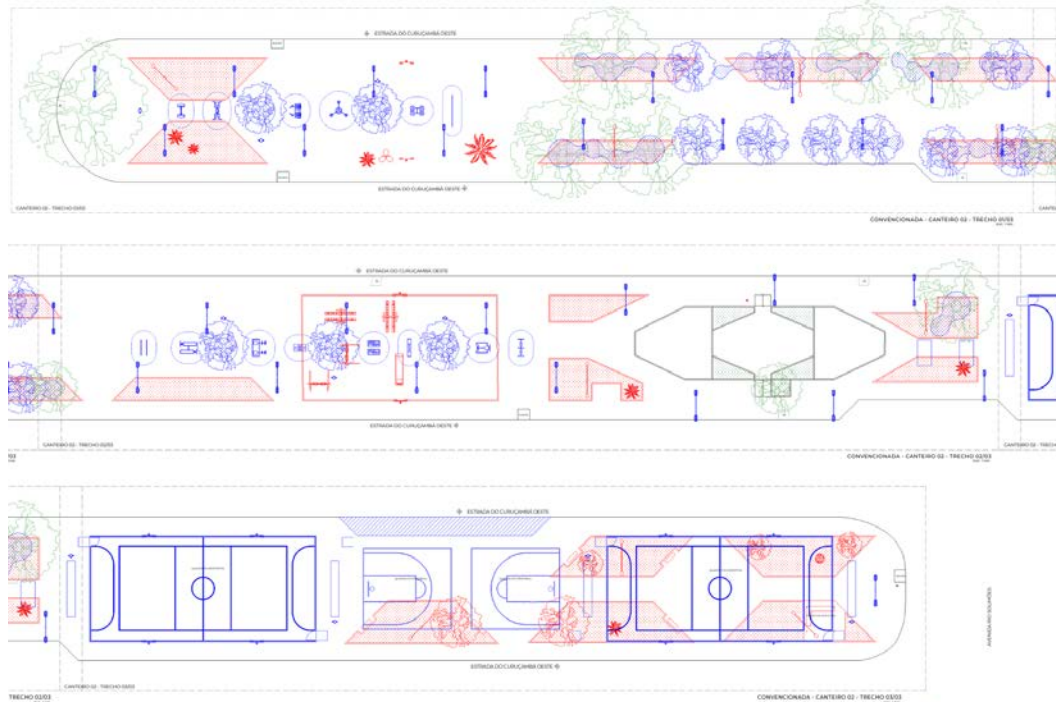
Figura 07: Layout da feira coberta e da feira aberta.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua (2021).

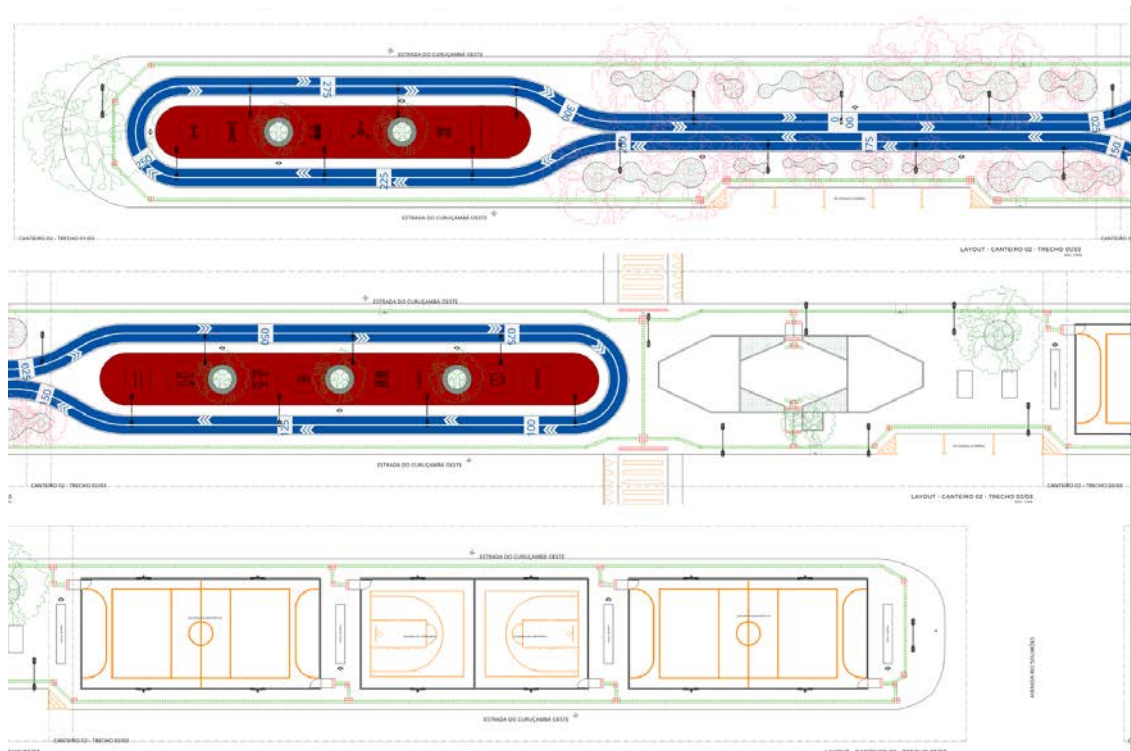
A segunda etapa do canteiro consiste na área voltada para esportes, na qual já estava localizada uma academia da saúde. Nessa área, foram implantados aparelhos de ginástica (conhecido como academia ao ar livre), pista de caminhada de 328 metros de extensão, duas quadras poliesportivas, duas quadras de streetball, duas mesas de ping pong em concreto, lixeiras, bancos entre as quadras para que a população possa assistir a jogos e eventos, piso tátil, estacionamento e floreiras. Nesse canteiro, houve a supressão de cinco árvores para que pudessem ser locadas as novas quadras, e foram plantadas 14 novas árvores, como mostram as plantas abaixo.

Figura 08: Planta convencionada do canteiro de esportes



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua (2021).

Figura 09: Layout do canteiro de esportes.

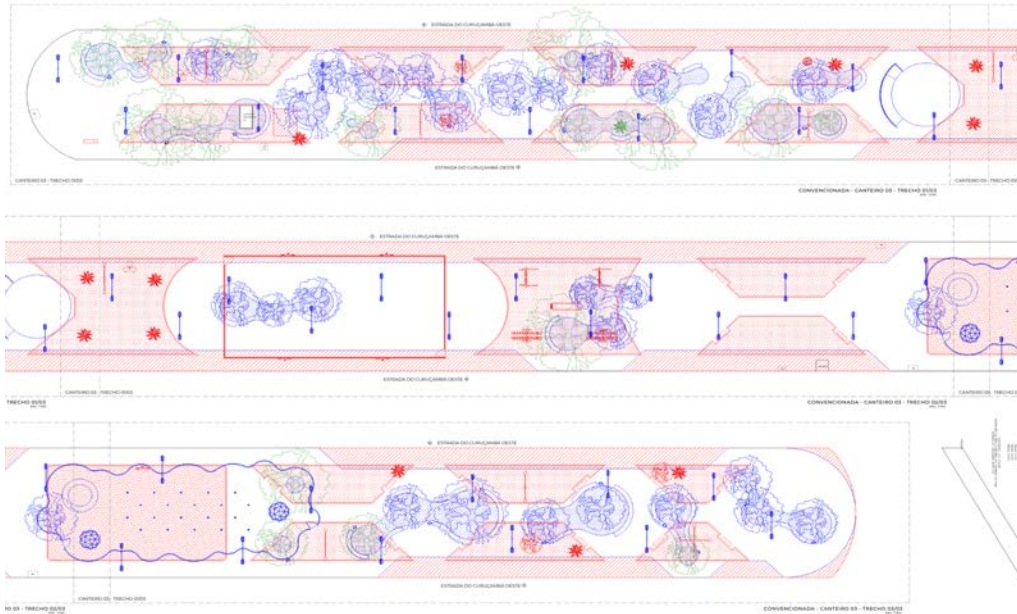


Fonte: Prefeitura de Ananindeua (2021).

O último canteiro, mais próximo da Avenida Independência, consiste num espaço multiuso. Foram implementados bancos orgânicos, um palco circular com acesso por rampa, uma área vazia, cujo objetivo era se tornar uma espécie de “praça de alimentação”, amplo estacionamento que funcionaria como

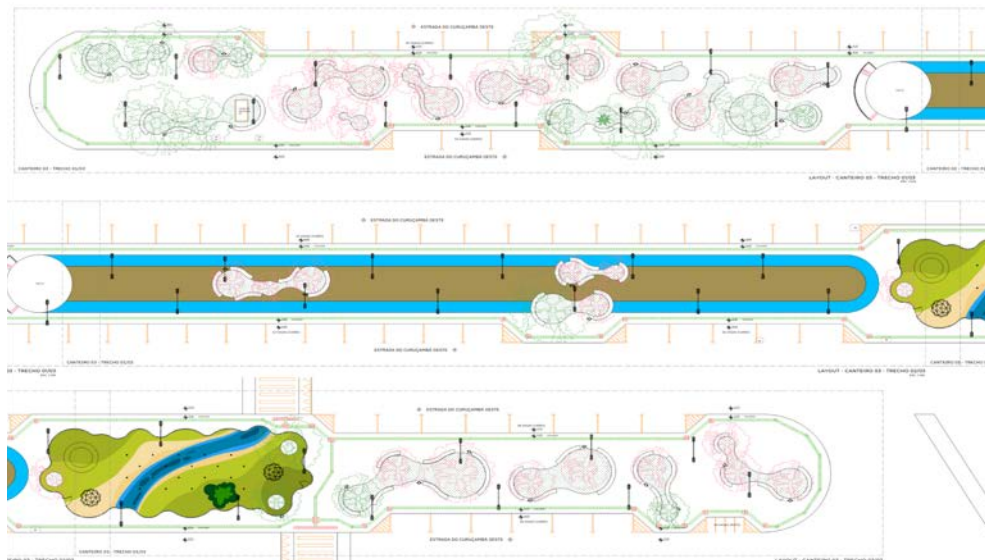
estacionamento pela parte do dia, e estacionamento de carrinhos de lanche durante a noite, próximo a essa “praça de alimentação”, fonte interativa cercada com piso emborrachado e um brinquedo de escalada chamado de “domo geodésico”, lixeiras e piso tátil em toda a extensão do canteiro. Foram plantadas 26 novas árvores nesse canteiro, como mostram a planta convencional e o layout representados abaixo.

Figura 10: Planta convencional do canteiro multiuso.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua (2021).

Figura 11: Layout do canteiro multiuso.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua (2021).

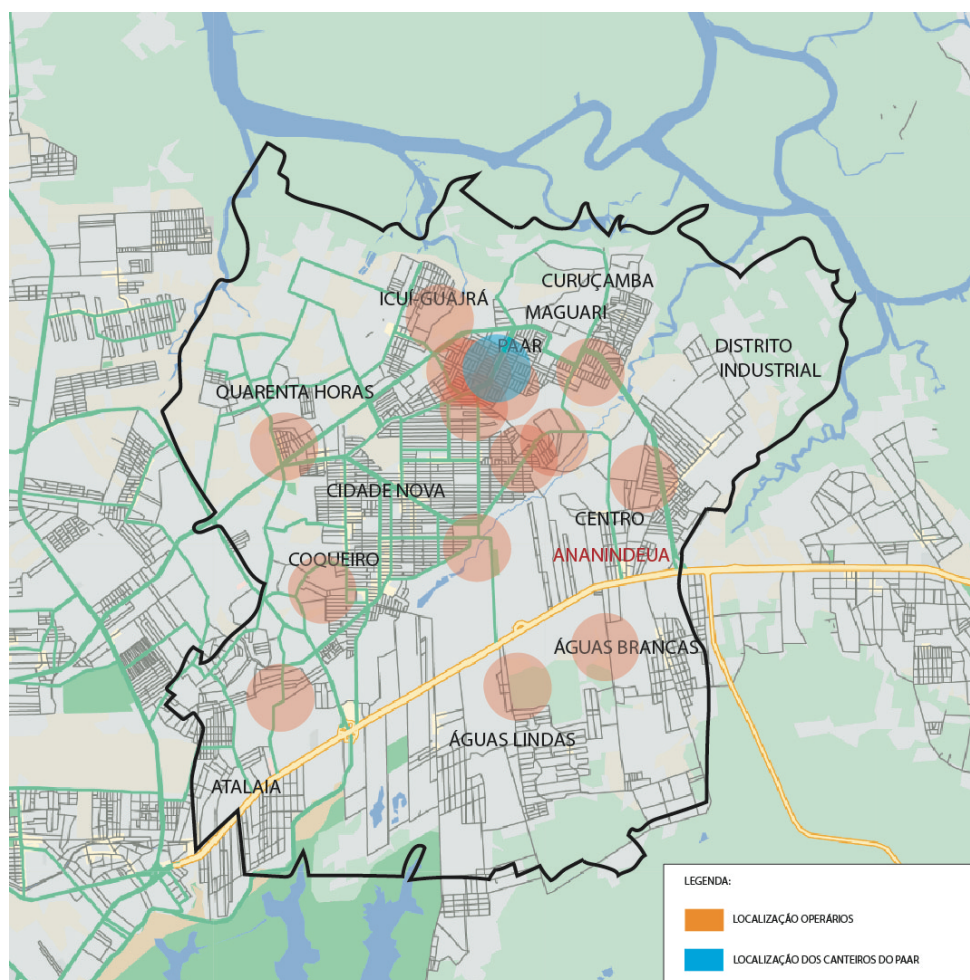
Após o processo projetual inicial, servidores da SESAN - Ananindeua apresentaram o projeto para representantes do Conselho Comunitário do Bairro do Paar e do Movimento Ambulante Sim, para que esses pudessem opinar

acerca do projeto. As únicas alterações requeridas foram aumento do número de boxes na feira e de espaços para ambulantes na feira aberta, que foram atendidas pelos arquitetos responsáveis pelo projeto.

## 5. A obra e a participação popular direta

De acordo com informações obtidas com a empresa responsável pela execução da obra de reforma do Canteiro Central do Paar, houve a contratação de dezoito novos funcionários para trabalhar na obra. Desses, quinze são moradores do município de Ananindeua, e oito moram no entorno do canteiro ou em bairros próximos, com o objetivo de manter o capital circulando dentro do próprio município. Dentro dessa lógica, materiais de construção foram adquiridos no bairro, em lojas localizadas no entorno da extensão do canteiro, e os almoços dos operários foram comprados em restaurantes locais, de modo a fomentar a economia local. Após a entrega da obra, a maior parte dos operários contratados continuou a trabalhar na empresa, em outras obras que estão em andamento no município de Ananindeua (GOMES, 2022)<sup>7</sup>.

Figura 12: Raio de moradia dos operários contratados e do canteiro.



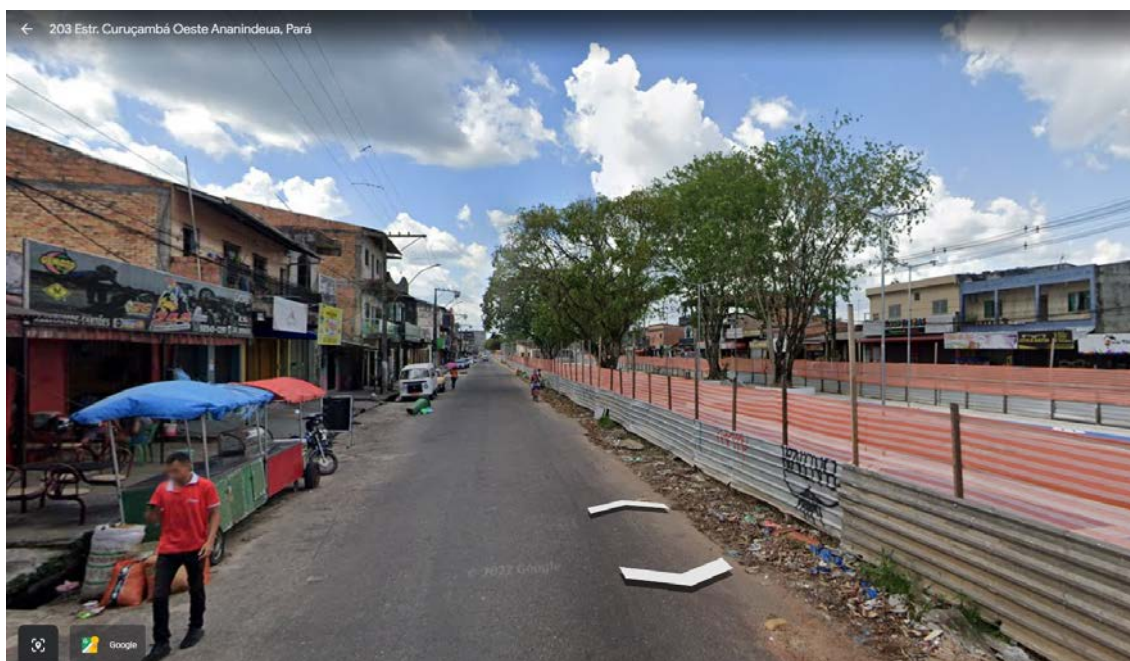
Fonte: GOMES, 2022. Elaboração própria.

Em relação à participação popular durante a execução da reforma, o tapume utilizado na obra, consistia em um tapume misto, com altura total de dois



metros, composto na parte inferior por telha metálica trapezoidal em aço zincado com altura de um metro, e na parte superior, tela fachadeira em polietileno, com altura de um metro (Figura 13). Com isso, a população ao passar próximo do canteiro, conseguia olhar para o que estava acontecendo na obra. O que acarretou em pequenas alterações no projeto realizadas diretamente dentro do canteiro a pedido da mesma. A alteração mais significativa, foi a locação e implantação de duas coberturas voltadas para pontos de mototáxi, de modo a atender melhor esses trabalhadores (informação verbal)<sup>8</sup>.

Figura 13: Tapume utilizado na obra de reforma do Canteiro Central do Paar.



Fonte: Google Street View, 2022.

## 6. O pós-obra: impacto, ocupação e autogestão

A inauguração do canteiro foi realizada em duas etapas. A primeira, realizada no dia 07/05/2022, foi o primeiro “gomo”, no qual estão localizadas a feira fechada e a feira aberta. A inauguração da segunda etapa foi realizada no dia 01/10/2022, ocasião na qual foi inaugurado o canteiro voltado para esportes, e o que apresenta diversos tipos de uso.

Figura 14: Feira “fechada”, no dia de sua inauguração.



Fonte: Prefeitura de Ananindeua, 2022.

Inicialmente, a feira aberta não apresentaria atividades pela parte da noite, funcionando assim apenas como feira durante o dia. Porém, por conta do fato dos outros dois canteiros estarem fechados para a obra, após a inauguração houve uma ocupação espontânea por trabalhadores informais com carrinhos de lanche, foodtrucks, entre outros na área da feira aberta. Apesar de não ter sido previsto, foi algo que funcionou entre os trabalhadores, o que levou a ocupação da área durante o dia inteiro. De manhã e de tarde, a área funciona como feira, como previsto, e durante a noite, o espaço se torna uma espécie de “praça de alimentação”. A organização dos feirantes e dos trabalhadores que se encontram na feira aberta durante o dia foi realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) de Ananindeua por meio do regime de permissionário - no qual cada responsável por box ou espaço passa por cadastro e assinam um termo de autorização de uso -. Porém, por conta da necessidade, houve essa ocupação espontânea do espaço durante a noite, e hoje a área se mantém por meio da autogestão, na qual cada trabalhador é responsável pelo seu espaço, porém todos trabalham de maneira integrada de modo a fazer funcionar o espaço como um todo e também tomam decisões de maneira conjunta.

Figura 15: Feira aberta, depois da inauguração, durante o dia.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua, 2022.

Essa ocupação espontânea, por mais que não tenha sido prevista ou planejada, foi crucial para a garantia de uma relação de urbanidade entre o canteiro central e o bairro, assim como garantia de maior segurança. O espaço apresenta movimento durante todo o dia e o movimento se mantém pelo período da noite. Jane Jacobs (1961) afirma que: “as cidades têm a necessidade de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social”. Esbarramos aqui com as ideias defendidas por Jacobs em 1961, ao criticar o modelo modernista de cidade e planejamento urbano. A autora afirma que quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer é que não se sentem seguras nas calçadas. Dessa forma,

a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios a observar as calçadas. Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou janela olhando uma rua vazia. Há muita gente que gosta de entreter-se, de vez em quando, olhando o movimento da rua. O requisito básico da vigilância é um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas; deve haver sobretudo entre eles estabelecimentos e espaços públicos que sejam utilizados de noite. Lojas, bares e restaurantes atuam de forma bem variada e complexa para aumentar a segurança das calçadas (JACOBS, 1961).

Por conta dessa maior “sensação” de segurança, comerciantes que antes da reforma já trabalhavam na área relataram por meio de entrevista que houve melhora em relação às vendas, por conta do número maior de transeuntes e frequentadores do local (informação verbal)<sup>9</sup>.

Figura 16: Feira aberta durante o período da noite, funcionando como espaço de venda de produtos alimentícios, e decorado com bandeirinhas para a Copa do Mundo, decoração essa feita pelos trabalhadores do local.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Os outros dois canteiros, ao serem inaugurados, passaram a compor o complexo de comércio e lazer de quase 1 km de extensão. O canteiro voltado para atividades físicas, apresenta movimento desde a parte da manhã, na qual a população faz exercícios e caminha na pista de caminhada, até a parte da noite, quando os jovens praticam atividade nas quadras e nas mesas de ping pong - que também são utilizadas como “futmesa”, esporte no qual dois competidores jogam ping pong com uma bola de futebol e utilizando os pés ao invés de raquetes -, além de ter pessoas transitando durante todo o dia.

Figura 17: Jovens jogando vôlei na quadra poliesportiva.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Figura 18: Pista de caminhada e de corrida, funcionando também como passeio.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Figura 19: Mesas de ping pong em concreto e chapa metálica, que funcionam também como futmesa.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Figura 20: Aparelhos de academia ao ar livre.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

O canteiro multiuso voltado para lazer, era considerado por moradores como um local ermo, escuro e perigoso antes da reforma (informação verbal). Por conta da presença de novas áreas voltadas para o público infantil, esse espaço encontra-se mais movimentado durante o início da noite, quando pais podem levar seus filhos para brincar na fonte interativa, ou nos brinquedos infláveis de um comerciante local. Existe a possibilidade das crianças brincarem enquanto os pais lancham, pois esse canteiro também foi ocupado por comerciantes com seus carrinhos de lanche e foodtrucks, da mesma maneira que ocorreu na feira aberta, seguindo o conceito da autogestão.

Figura 21: Fonte interativa e geodésica.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Figura 22: Espaço de alimentação no terceiro canteiro.



Fonte: Fotografia própria, 2022.



Figura 23: Crianças brincando na fonte interativa.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Neste último canteiro, também foram locadas as coberturas que viriam a funcionar como ponto de moto táxi, requisição essa feita pelos mototaxistas diretamente à SESAN durante a obra, ao observar o canteiro de obras.

Figura 24: Ponto de mototáxi.



Fonte: Fotografia própria, 2022.

Por meio das fotografias apresentadas, é possível verificar a ocupação do espaço durante todo o dia e parte da noite. O canteiro atraiu também comerciantes e moradores de bairros próximos, garantindo assim maior movimento. Moradores do bairro do Paar afirmam que, além da melhora na questão estética, houve melhora na questão da acessibilidade, segurança, iluminação e lazer.

## Conclusão

É possível afirmar que o Canteiro Central do Paar representa um caso de urbanismo social após realizada a sua reforma. Por meio deste artigo, pode-se observar que houve participação popular por meio de organizações políticas durante a execução do projeto, houveram intervenções propostas pela população do entorno diretamente no canteiro de obras e houve a contratação de moradores do entorno por parte da empresa responsável pela reforma, de modo a fazer girar a economia local, além de compra de insumos e de alimentação em comércios locais.

Há ainda a importância dos trabalhadores informais terem se organizado de maneira espontânea e autogerida, buscando combater altos índices de desemprego e rompendo assim com a lógica econômica neoliberal, pois todas as decisões são tomadas por todos os trabalhadores, de maneira horizontal e também indo contra a lógica capitalista de produção do espaço urbano, ao trabalhar no bairro em que residem.

A urbanidade é outro ponto importante a ser levado em consideração. Ter um bom espaço de lazer num bairro periférico, onde a população tem poucas opções de lazer e, em geral, precisa buscar em áreas mais “centrais”. A carência desses espaços é refletida na maneira que o canteiro foi ocupado após sua inauguração pela população durante o dia todo. É possível observar relações sociais entre amigos jogando nas quadras, pais e filhos brincando na fonte interativa, e famílias consumindo insumos de vendedores e comerciantes locais. Há também um aspecto a ser considerado. A população, ao criar a sensação de pertencimento do espaço, passa a zelar pela manutenção do mesmo, mesmo que seja um espaço público.

Essa sensação de pertencimento e a formação de uma comunidade mais unida, são importantes para que a população possa se organizar politicamente e cobrar melhorias do poder público além das que já foram implementadas, como melhorias habitacionais e regularização fundiária de modo a garantir habitabilidade e segurança de posse, e é nesse estágio do urbanismo social que o projeto se encontra.

É possível afirmar que o território, mesmo que ainda vulnerável, apresentou melhorias na questão da segurança. Não há, porém, índices que comprovem este fato, haja vista que a inauguração é ainda muito recente. Porém, essa sensação maior de segurança é tida por parte dos moradores. Por isso, é importante continuar a observar e a analisar a área, de modo a verificar por meio de índices sociais se houve ou não alterações desses indicadores.

Verificou-se ainda a necessidade de maior capilaridade no âmbito de áreas de lazer, não apenas no bairro, mas também em todo o município. Essas áreas encontram-se concentradas principalmente nas Cidades Novas, e foi possível verificar por meio deste artigo, a importância de espaços do tipo para a população e conseqüentemente para a ocupação da cidade, aumento de urbanidade, além da importância econômica principalmente para os trabalhadores informais.

Por fim, é necessário ainda continuar a observar como o canteiro vai impactar na vida da população, e assim talvez tornar este um modelo em intervenções urbanas futuras que ao invés de visar a expansão do capital e a valorização econômica do território dentro da lógica capitalista do mercado de

terras, focam na necessidade da população, não só no município de Ananindeua, mas também no estado do Pará.

## REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. Concorrência Pública nº 3/2021-015 SESAN/PMA, de 22 de novembro de 2021. Dispõe sobre a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção da feira, da área de esporte, lazer e alimentação dos Canteiros do Paar, no município de Ananindeua - Pa. Diário Oficial do Município, Ananindeua, 22 de novembro de 2021.

ANANINDEUA. Extrato do Contrato Administrativo nº 041/2021– SESAN/PMA, de 20 de dezembro de 2021. Firmado entre a Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura e a empresa Santa Rita Engenharia LTDA. Diário Oficial do Município, Ananindeua, 20 de dezembro de 2021.

ANANINDEUA, Prefeitura Municipal de. 2021.

ANANINDEUA, Prefeitura Municipal de. 2022.

CARVALHO, M. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

CHAKUR, Pablo. Urbanidade: conceito e parâmetros. Minha Cidade, São Paulo, ano 18, n. 214.05, Vitruvius, maio 2018 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.214/6983>>. Acesso em: dez. 2022.

Echeverri, Alejandro; Orsini, Francesco M. Informalidad y urbanismo social en Medellín. "Sostenible?", Dezembro 2011, núm. 12, p. 11-24.

FERRARA, Luciana Nicolau; GONSALES, Talita Anzei; COMARU, Francisco de Assis. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. Cadernos Metrópole v. 21, n. 46, pp. 807-829 set/dez 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2019-4606>. Acesso em: dez. 2022.

FERREIRA, Ignez; PENNA, Nelba. Território da Violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: X Encontro de geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 7. ed - São Paulo : Atlas, 2009.

GOOGLE. Google Street View. <https://www.google.com/streetview/>, 2022.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1997

HARVEY, David – Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana / David Harvey; tradução de Jeferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014. p. 30.

HOLANDA, Frederico. Urbanidade: arquitetônica e social. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2010, Rio de Janeiro.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades / Jane Jacobs ; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro. - 3ª. ed. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. -

JÁUREGUI, Jorge. Urbanismo Social. Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Brasília, Edição 63, novembro, 2010.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana / Lucio Kowarick. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção estudos brasileiros; v. 44)

LEMOS, Alyson. Contrato de 50 milhões em crédito para infraestrutura e saneamento FINISA. Prefeitura de Águas Lindas de Goiás, 2022. Disponível em: <<https://aguaslindasdegoias.go.gov.br/contrato-de-50-milhoes-em-credito-para-infraestrutura-e-saneamento-finisa/>>. Acesso em: 08 de novembro de 2022.

LIMA, Maria. Pequenos Lotes e Grandes Esperanças: O processo de formação territorial do bairro PAAR como jogo político e luta em 1991. In: XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ. Belém, 2021.

MARICATO, Erminia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. /

Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior. – As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira - 1. Ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 57.

MARICATO, Ermínia. O nó da terra. Piauí, jun. 2008. Tribuna livre da luta de classes. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-no-da-terra/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Tradução. Petrópolis: Vozes, 2000.

ODALIA, Nilo. O que é violência? São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Daletth. Bairro do Paar, que um dia já foi a maior invasão da América Latina, completa 30 anos. Jornal O Liberal, 2021. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/anandindeua/minhacidade/bairro-do-paar-que-um-dia-ja-foi-a-maior-invasao-da-america-latina-completa-30-anos-1.447568>> Acesso em: 16 de novembro de 2022.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; VALENTE, Andréa de Melo; LIMA, Alexandre Martins de; PINHEIRO, Patrícia Queise Ferreira. Assentamentos Precários na Região Metropolitana de Belém: Baixadas e Ocupações. In: Caracterização de Assentamentos Precários: Estudo de Casos Brasileiros. Brasília: Ipea, 2016. p. 189-248.

POCHMANN, M. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2004.

PONTE, J. P. X.; LIMA, J. J. F.; CARDOSO, A. C. D.; RODRIGUES, R. M., Análise do IBEU Local – Região Metropolitana de Belém-PA; Observatório das Metrôpoles. 2013.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, L. L. C. (Re) estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua, Amazônia paraense. Uberlândia-MG: Revista caminhos de geografia, 2021.

SALLA, A. Desafios na Transferência de Políticas Públicas: urbanismo social em perspectiva comparada. Dissertação (Mestrado profissional em políticas públicas) – Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER). São Paulo, 2021.

Sete bicicletas roubadas são recuperadas. DOL, Diário Online, 2015. Disponível em: <<https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-339140-sete-bicicletas-roubadas-sao-recuperadas.html?d=1>>. Acesso em: 15, dez. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de – ABC do Desenvolvimento Urbano – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano do Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do Planejamento Urbano no Brasil. In DEÁK, C. E SCHIFFER, S. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp. 2004. p. 169-244.

---

<sup>1</sup> Segundo Villaça (2001) é um equívoco considerar a terra urbana um produto não produzido apenas porque sua base material já existe na natureza. Lefebvre citado por Villaça (2001) expõe que o processo de produção de (valor) espaço, distingue-se de sua matéria-prima, o solo, no conceito fundiário antigo.

<sup>2</sup> No presente estudo, entende-se por “espaço urbano” o lócus espacial que apresenta conexões formadas por uma estrutura social, processos e diferentes usos da terra, que integra diversas relações sociais e econômicas, e no qual há uma aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades de consumo (SOUZA, 2010), inserido no contexto dos países capitalistas periféricos ocidentais (MARICATO, 2007).

<sup>3</sup> O emprego do termo “invasões” é controverso, pois denota um estereótipo de conotação negativa. Pinheiro et. al. (2016), afirma que o jargão do planejamento urbano e a militância da Reforma Urbana abandonaram a denominação “invasão”, adotada popularmente, e a substituíram pelo termo “ocupação”, qualificado como mais apropriado; este ressaltaria a dimensão de uso da terra em detrimento da conotação criminal que aquele teria.

<sup>4</sup> Fala feita pelo professor Frederico Rosa Borges de Holanda na disciplina colaborativa e interinstitucional da Rede INCT Observatório das Metrôpoles Cidade, Cidadania e Política I e II, intitulada “As Metrôpoles e a Ordem Urbana Brasileira: os desafios do direito à cidade”, no ano de 2020.

<sup>5</sup> O conceito de espoliação urbana foi formulado nos anos 1970, para explicar as péssimas condições de vida a que estava submetido o trabalhador com baixos salários na industrialização em São Paulo.

<sup>6</sup> Fala proferida pelo servidor Daniel Takeshi Enomoto da Prefeitura Municipal de Ananindeua no ano de 2022.

<sup>7</sup> Fala proferida pelo engenheiro civil Sebastião Gomes, funcionário da empresa responsável pela obra de reforma do canteiro, em entrevista, no ano de 2022.

<sup>8</sup> Fala proferida pelo servidor Daniel Enomoto da Prefeitura Municipal de Ananindeua no ano de 2022.

<sup>9</sup> Fala proferida por Igor, morador do bairro há 27 anos, por meio de entrevista no ano de 2022.